



28/01/2016 17:37 - Desemprego fecha dezembro em 6,9% e atinge maior taxa para o mês desde 2007

A taxa de desocupação no país fechou o mês de dezembro em 6,9%, a maior já registrada para um mês de dezembro desde 2007, quando o desemprego atingiu 7,4% da população economicamente ativa. A informação foi divulgada hoje (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que está sendo divulgada pela última vez pelo IBGE, pois o indicador será substituído pela Pnad Contínua, que é mais abrangente e já vem sendo divulgada pelo instituto.

Com a variação de dezembro, a taxa média de desocupação de janeiro a dezembro foi estimada em 6,8% em 2015 e em 4,8% em 2014. Segundo o

IBGE, a elevação de 2 pontos percentuais entre um ano e outro foi a maior de toda a série anual da pesquisa, e também interrompeu a trajetória de queda do desemprego que ocorria desde 2010.

O IBGE ressalta, porém, que no confronto com o início da série em 2003, quando a taxa foi 12,3%, houve queda de 5,5 pontos percentuais.

Média anual

Em 2015, a média anual da população desocupada foi estimada em 1,7 milhão, contingente 42,5% superior à média de 2014 (1,2 milhão de pessoas). “Além de ser o maior crescimento anual da série, a elevação em 2015 interrompeu a trajetória de redução dessa população, iniciada em 2010”, informa o IBGE. Contudo, em relação a 2003 (2,7 milhões), o contingente de desocupados caiu 35,5%. Nesse período, a redução foi de 940 mil desempregados.

A média anual da população ocupada em 2015 foi estimada em 23,3 milhões de pessoas, recuando 1,6% em relação a 2014, quando o contingente era de 23,7 milhões pessoas. Em 2014, essa população havia retraído pela primeira vez (-0,1%) em toda a série anual, acentuando a queda em 2015.

Carteira assinada

A PME indica que o percentual médio de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, em relação à população ocupada, passou de 50,9% (12,1 milhões) em 2014 para 50,3% (11,7 milhões) em 2015.

De 2014 para 2015, houve redução de 2,7% (329 mil pessoas a menos) no contingente de trabalhadores com carteira assinada, registrando a primeira queda anual em toda a série. No ano de 2003, a proporção era de 39,7% (7,5 milhões). Portanto, em 13 anos, o contingente dos trabalhadores com carteira assinada expandiu 57,1% (4,3 milhões de pessoas a mais).

A PME indica, ainda, que em 2015, após dez anos de ganhos anuais sucessivos, a média anual do rendimento real da população ocupada, de R\$ 2.265,09, registrou perda de 3,7% em relação a 2014, a primeira queda desde 2005. Todas as regiões tiveram perda, com destaque para Belo Horizonte (-4,6%), Rio de Janeiro (-4,0%) e São Paulo (-4,0%). Na comparação dos números de 2015 com 2003, houve aumento de 28,4% no rendimento de trabalho da população ocupada, o que representou um ganho de cerca de R\$ 501,25.

Comportamento semelhante pode ser observado na média anual da massa de rendimento real mensal habitual. Em 2015 foi estimada em R\$ 53,6 bilhões, apresentando a primeira retração anual na série (-5,3%). Na comparação com 2003, entretanto, houve também aumento considerável: de 59,2%.

Serviços domésticos

O único setor da economia a apresentar crescimento no contingente de trabalhadores ocupados foi o de serviços domésticos. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, a população ligada à atividade de serviços domésticos apresentou crescimento de 1,5%, entre 2014 e 2015, revertendo a trajetória de redução iniciada em 2010. Todos os demais grupamentos tiveram redução, sendo as principais quedas observadas na indústria (-5,5%) e na construção (-3,6%).

De uma maneira geral, o nível da ocupação (proporção entre a população ocupada e a população em idade ativa) alcançou média de 51,9% em 2015, caindo 1,4 ponto percentual em relação a 2014 (53,3%). Essa foi a maior queda anual do indicador, que pode ser explicada pela redução da ocupação em 2015. Na comparação com 2003, quando esse indicador era de 50%, houve expansão de 1,9 ponto percentual.

Já o nível da ocupação das mulheres (44,3%) continua inferior ao dos homens (61%), mesmo mostrando maior aumento em relação a 2003: 0,1 ponto percentual (homens) e 3,8 pontos percentuais (mulheres). Em relação ao nível de ocupação dos jovens de 18 a 24 anos de idade, a proporção passou de 57,3% em 2014 para 53,8% em 2015 – queda de 3,5 pontos percentuais, o que levou o nível de ocupação entre os jovens a voltar ao mesmo valor observado em 2003.

Pretos e pardos

Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego também mostra que persistem as disparidades entre os rendimentos das pessoas pretas e pardas em relação às brancas e também entre homens e mulheres.

Embora a pesquisa tenha mostrado que de 2003 a 2015, o rendimento dos trabalhadores de cor preta ou parda cresceu 52,6%, enquanto o rendimento dos trabalhadores de cor branca cresceu 25%, esse expressivo crescimento em 13 anos, não foi suficiente para reverter o quadro da desigualdade racial.

Os trabalhadores ocupados de cor preta ou parda ganhavam, em média, em 2015, 59,2% do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. O IBGE destacou, porém, o fato de que, em 2003, o percentual não chegava à metade (48,4%).

No que diz respeito ao sexo feminino, o levantamento do IBGE indica que, em 2015, em média, as mulheres ganhavam em torno de 75,4% do rendimento recebido pelos homens, o que, no entanto, representou uma expansão de 1,2 ponto percentual frente a 2014 (74,2%). A menor percentual foi registrado em 2007 (70,5%).

Escolaridade

Os dados da PME indicaram, ainda, que em 2015, 22% das pessoas ocupadas tinham ensino superior completo. A proporção de pessoas ocupadas com 11 anos ou mais de estudo cresceu, de 2003 para 2015, de 46,7% para 66,5%, um aumento de 19,8 ponto percentual, acima do aumento verificado na população total de 10 anos ou mais, que foi de 16,7 ponto percentual. Aumentou também a proporção de trabalhadores com o ensino superior completo: em 2003 eles representavam 13,8%, já em 2015 esta estimativa ultrapassou um quinto dos ocupados (22%).

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é realizada pelo IBGE nas regiões metropolitanas do Recife, de Salvador, Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e Porto Alegre. Esta é a última vez que a pesquisa é divulgada. A partir de agora, a taxa de desocupação do país será medida pela Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) – mais abrangente que a PME por envolver número muito maior de cidade e regiões metropolitanas.

Fonte: Agência Brasil